*Artigo

ANALISANDO AS NOVAS REGRAS DE PAGAMENTOS DO INSS

Apesar do descontentamento com anúncio das regras para pagamento de alguns benefícios do INSS. É relevante observar que estas modificações eram necessárias, haja vista, a ineficiência do sistema previdenciário, em especial entre o que se arrecada e o que efetivamente paga.

Há conseqüência também da quantidade de beneficiários com recebimento de um salário mínimo; outros tantos recebendo valor exorbitante em caráter vitalício; os maus hábitos de trabalhadores que recém iniciava no mercado de trabalho, já procuravam advogados para saber quais benefícios teriam direito se pedisse demissão, ou se demitido fossem, e especialmente a partir de quando teriam direito ao seguro desemprego.

Já os empregadores no intuito de evitar aborrecimentos e para se livrar de maus trabalhadores, ou favorecendo outros tantos, terminam fazendo "acertos" como se demitidos fossem sem justa causa. Quando a realidade evidência pedido de dispensa, ou circunstâncias favoráveis para dispensa sem justa causa, ou seja, facilitando com que vários trabalhadores recebam benefícios sem ter direitos.

Apesar desses e outros fatores, que pode parecer irrelevante no primeiro momento, mas que há décadas ajudou a tornar a Previdência Social brasileira um "mostro inviável", mas infelizmente [...].

O Ministro da Casa Civil, Aloizio Mercadante cita apenas que a "meta é elevar o superávit primário brasileiro, estimado em R$ 10 bilhões em 2014, para R$ 66 bilhões em 2015"(JORNAL NACIONAL, 2014).

Cumpre salientar, que os benefícios que já estão sendo pagos, em nada serão alterados, pois se trata de direitos garantido, relacionados ao princípio da pessoa humana que estão sendo exercido efetivamente por seus titulares (ASENSI, 2014).

Quanto às principais alterações advindas da Medida Provisória nº 665, de 30 de Dezembro de 2014, pode-se citar:

- Abono Salarial pagos na Caixa Econômica Federal no mês julho a outubro em única parcela anual no valor de 01 (um) salário mínimo, em conformidade com o calendário de pagamento, para quem esta escrito no PIS/PASEP a pelo menos 05 (cinco) anos, com remuneração média de 02 (dois) salários mínimos, ter trabalhado em atividade devidamente remunerada no mínimo 30 dias no ano base. Com a nova regra "o prazo de carência foi elevado para seis meses e o valor pago será proporcional ao tempo trabalhado no ano".

-Auxílio-Doença passa a ser pago o trabalhador afastado do trabalho por acidente ou doença por mais de 30 dias. Tal alteração conseguintemente irá onerar as empresas, pois anteriormente esse prazo era de 15 dias pago pela empresa, a partir do 16 dias a cargo do INSS.

- O Seguro-Desemprego passa a ser pago ao trabalhador que laborou na empresa por 18 meses consecutivos na primeira solicitação e "12 meses na segunda solicitação e seis meses na terceira" (MP nº 665, de 30 de Dezembro de 2014).

- A pensão por Morte passa a ter "carência mínima de 02 (dois) anos de casamento ou união estável para ter direito ao benefício", perdendo seu caráter vitalício cônjuge/companheiro passando a ser pago pelo período mínimo de 02 (dois) anos, variando conforme a idade e beneficiando as pessoas com mais idades (MP nº 665, de 30 de Dezembro de 2014).

Economicamente analisando, tais alterações faziam-se necessárias. No entanto o descontentamento da população, provavelmente é provisório, deve-se ao suposto descumprimento da promessa de campanha da então Presidente da República. No entanto, nos benefícios acima citados percebe-se que as consequências serão sentidas pelas empresas e pelos trabalhadores, sendo, no entanto a população menos favorecida a mais prejudicada, a exemplo dos cônjuges e/ou companheiros que de boa fé eram dependentes de seus de cujos.

Aparecida Maria Vieira, advogada, OAB-MT 16.718
Rosiana da Costa Paim, advogada, OAB-MT 18.172
Magno Alves dos Santos, assessor jurídico.

Diário da Serra
O DIA-A-DIA DA NOTÍCIA

Propriedade da Gráfica e Editora Diário da Serra Ltda - ME
ISSN 2238-6467
FUNDADO EM 11 DE NOVEMBRO DE 1996
Edição on-line desde 06 de setembro de 1997

ENDEREÇO
Av. Tancredo Neves, 1247-W, Jardim do Lago II • Tangará da Serra - MT CEP: 78300-000
Fone (65) 3326-4724 Fax 3326-6501

CIRCULAÇÃO
Tangará da Serra, Nova Olímpia, Denise, Arenápolis, Incorporação, Nova Marilândia, Santo Afonso, Barra do Bugres, Campo Novo do Parecis e Sapezal
Tiragem total: 1,5 mil exemplares

ADMINISTRATIVO
DIREÇÃO GERAL
Mano Reiki
mano@diariodaserra.com.br
DIREÇÃO ADMINISTRATIVA
Silvana Tormes
silvana@diariodaserra.com.br

REDAÇÃO
DIREÇÃO DE JORNALISMO
Fabiola Tormes
CONTATO
redacao@diariodaserra.com.br

DEPTO. DE ARTES
Gean Michel Lourenço Costa
Reinaldo Manarim Neto
CONTATO
da@diariodaserra.com.br
adm@diariodaserra.com.br

DEPARTAMENTO COMERCIAL
PUBLICIDADE E ASSINATURA
Diário da Serra Editora e Publicadora Ltda
Av. Tancredo Neves, 1247-W, Sala 01
CNPJ 10.285.184/0001-57
PUBLICIDADE LEGAL
E. Tormes & Cia Ltda-ME
Av. Tancredo Neves, 1247-W, Sala 02
CNPJ 14.048.120/0001-07
GRÁFICA
Gráfica e Editora Diário da Serra Ltda - ME
Av. Tancredo Neves, 1247-W
CNPJ 01.828.544/0001-09
CONTATO
da@diariodaserra.com.br
diariodaserra@terra.com.br
65 3326-4724

CENTRAL DO ASSINANTE: 65 3326-6501
www.diariodaserra.com.br

*Curtas

Chuva forte

A forte chuva que caiu sobre Cuiabá e Várzea Grande na tarde desta quarta-feira alagou vários pontos em ruas e avenidas das cidades. O temporal, que durou cerca de meia hora, deixou casas e estabelecimentos inundados, causando transtornos, inclusive, aos motoristas. Em Tangará da Serra também choveu na tarde de ontem, porém de uma forma mais tranquila, sem causar transtornos.

Interatividade

Para estreitar a comunicação entre os munícipes e o Governo Municipal, a Prefeitura de Diamantino, por meio da Assessoria de Imprensa, disponibiliza mais uma oportunidade de comunicação com o Poder Executivo através de mensagens pelo celular. As mensagens de celular para o número (65) 9639-3485 são encaminhadas diretamente para o setor responsável pelo assunto abordado.

Comunicação

Para dar mais agilidade ao encaminhamento da reclamação, sugestão ou elogio até o departamento competente a interatividade via celular é somente por SMS, sendo assim, o telefone não recebe ligações. Além dos telefones fixos próprios de cada Secretaria da Prefeitura, os munícipes têm mais uma oportunidade de comunicação com o prefeito e secretários. A Prefeitura também conta com a participação via redes sociais.

Judicialização

Os cofres da Prefeitura de Cuiabá perderam cerca de R$ 4 milhões ao longo do ano de 2014 devido a decisões judiciais que obrigaram o poder público a contratar junto à rede privada atendimentos de saúde que seus pacientes não conseguiram obter junto ao SUS. Ocasionado pela deficiência da rede pública de saúde, este tipo de situação já é conhecido como "judicialização da saúde" e ocorreu quase 600 vezes.

Lei I

Os dados são da própria Prefeitura, que reagiu sancionando no final de dezembro um projeto de lei que fixa os pagamentos para procedimentos médico-hospitalares determinados pelas liminares. A lei fixa a base para os pagamentos aos valores constantes da Tabela SUS, índice que prevê os valores para pagamento de todos os procedimentos realizados pela rede pública de saúde. A lei já está vigente.

Lei II

Segundo a Prefeitura de Cuiabá, em muitos casos da chamada "judicialização da saúde", o município é obrigado pela Justiça a pagar valores bastante elevados pelos procedimentos de saúde. Fixá-los a Tabela SUS é uma maneira de reduzir a "sangria" do orçamento da Prefeitura, uma vez que ela também não pode se furtar a cumprir decisões judiciais.

Parto normal

O Ministério da Saúde publicou resolução que estabelece normas para estímulo do parto normal e a consequente redução de cesarianas desnecessárias na saúde suplementar. As novas regras ampliam o acesso à informação pelas consumidoras de planos de saúde, que poderão solicitar às operadoras os percentuais de cirurgias cesáreas e de partos normais por estabelecimento de saúde, por médico e por operadora.

Novas regras

As informações deverão estar disponíveis no prazo máximo de 15 dias, contados a partir da data de solicitação. Atualmente, 23,7 milhões de mulheres são beneficiárias de planos de assistência médica com atendimento obstétrico no país, público-alvo dessas medidas. As regras foram apresentadas pelo ministro da Saúde, Arthur Chioro, e os diretores da ANS passam a ser obrigatórias em 180 dias.

*Bastidores da Política

Conselheira interina

O Tribunal de Contas do Estado (TCE) designou e nomeou a conselheira substituta Jaqueline Maria Jacobsen Marques para ocupar interinamente a vaga do ex-conselheiro Humberto Bosaipo. A portaria de n° 001/2015, assinada pelo presidente do TCE, conselheiro Waldir Teis, foi0 publicada no Diário de Contas que circulou nesta quarta-feira.

Vaga

A vaga em aberto é de indicação da Assembleia Legislativa. A expectativa é de que houvesse uma definição ainda no mês de dezembro do ano passado, quando o cargo foi declarado vago. O Colégio de Líderes da Assembleia chegou a indicar Janete Riva (PSD). No entanto, uma série de decisões judiciais praticamente inviabilizou a indicação.

Indicações

O ex-governador Silval Barbosa também chegou a fazer uma rápida articulação, se reunindo com deputados estaduais, na tentativa de ser o indicado, mas, até o momento, não existe qualquer definição. Silval teria, inclusive, pedido a advogados que realizassem um levantamento sobre possíveis impedimentos para sua indicação.

Mesa AL

Alvo de resistência dos parlamentares aliados ao governador Pedro Taques (PDT), o deputado estadual Mauro Savi (PR) pode ser substituído na vaga de primeiro secretário, na chapa encabeçada pelo deputado Guilherme Maluf (PSDB) para o comando da Mesa Diretora da Assembleia Legislativa de Mato Grosso.

Articulações I

De acordo com o deputado Zeca Viana (PDT), Taques é um dos que não simpatizariam com o deputado do PR na composição da Mesa para o biênio 2015-2016. "(...) estamos tentando um acordo para mudar ou fazer com que os deputados aceitem o próprio primeiro-secretário, mas não vejo dificuldade em fazer alterações".

Articulações II

Segundo o deputado do PDT, a composição da Mesa deve agradar o maior número de apoiadores. Será pensando nisso, segundo Zeca, que o grupo deve indicar um novo nome. "Temos que discutir quem agrega o maior número de deputados. Porque o meu objetivo dentro da Assembleia é dar o máximo de apoio à governabilidade".

Em discussão

Segundo o deputado candidato à presidência da Mesa, Guilherme Maluf, a composição final de sua chapa deve ser definida faltando poucas semanas para disputa. Ele afirmou que ainda está em constante debate na busca de aumentar o número de aliados – que até o momento conta com 13 apoiadores.

Segundo escalão

A deputada Teté Bezerra poderá ocupar um cargo de segundo escalão na Vice-presidência da República, ao lado de Michel Temer (PMDB). As negociações estão avançadas e passam pela articulação de Carlos Bezerra (PMDB). O parlamentar já teria articulado a ida da esposa para Brasília, que deve ocorrer após ela deixar o Legislativo estadual.

Riva anuncia livro sobre trajetória política

Ilustração: Reinaldo Netto

O deputado estadual e presidente da Assembleia Legislativa de Mato Grosso (ALMT), José Riva (PSD), participou de sua última sessão como membro no Legislativo na noite da última terça-feira. Na ocasião, Riva aproveitou pra fazer uma avaliação de seus últimos 20 anos como parlamentar e anunciou que irá escrever um livro sobre a sua trajetória política. "Vou escrever um livro com os meus principais projetos, com as minhas principais ações [...] e pretendo organizar uma equipe que possa produzir esse material e deixar um registro".

Riva também anunciou, durante a sessão, que a posse dos deputados estaduais da 18ª legislatura, que acontece no dia 1º de fevereiro, às 9h, será no teatro do Cerrado – Zulmira Canavarros.